



Parecer nº 1221/2025/CCJR

Referente ao Projeto de Lei nº 1630/2025 que “Declara Utilidade Pública Estadual a Associação Trilheiros de Colíder.”

Autor: Deputado Thiago Silva

Relator (a): Deputado (a) Eduardo Botelho -

## I – Relatório

Trata-se do Projeto de Lei nº 1630/2025, de autoria do Deputado Thiago Silva, que declara de Utilidade Pública Estadual a “Associação Trilheiros de Colíder”, inscrita no CNPJ nº 45.280.533/0001-02, com sede no Município de Colíder/MT (fl. 2).

Em justificativa, o autor informa que se trata de entidade civil, sem fins lucrativos, que promove atividades ligadas ao motociclismo esportivo, como trilhas, passeios e eventos, aliadas a ações de responsabilidade social, apoio a instituições de caridade, iniciativas de proteção ao meio ambiente e prestação de serviços de interesse comunitário. Assinala, ainda, que a associação atende aos requisitos previstos na Lei Estadual nº 8.192/2004 para o reconhecimento de utilidade pública (fl. 2).

A proposição foi protocolada em 15/10/2025 (Protocolo nº 11071/2025 e Processo nº 3367/2025), lida na 67ª Sessão Ordinária da mesma data e submetida ao cumprimento de pauta por cinco sessões subseqüentes (68ª a 72ª), realizadas entre 15 e 29/10/2025 (fls. 2 e 21v).

Pesquisa preliminar da Secretaria de Serviços Legislativos - SSL, em 22/10/2025, registrou a inexistência de proposições correlatas ou normas jurídicas idênticas (fl. 21).

Após tramitação regular e ausência de emendas ou substitutivos, a matéria foi encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) em 30/10/2025, para deliberação (fl. 21v).

É o relatório.

## II - Análise

### II.1 - Das Preliminares

No âmbito desta Comissão, foram realizadas novas consultas aos sistemas eletrônicos da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, em 03/11/2025, não sendo identificadas proposições em tramitação nem normas estaduais vigentes com conteúdo idêntico ou similar ao Projeto de Lei nº 1630/2025.



A verificação efetuada no sistema Intranet, na mesma data, confirmou a inexistência de apensamentos ao processo legislativo correspondente.

Com base no conjunto documental apresentado, considera-se atendido, de forma integral, o disposto na Lei Estadual nº 8.192/2004, restando regularizada a instrução da matéria e assegurada a regularidade formal para prosseguimento do processo legislativo.

Passa-se, assim, ao exame da constitucionalidade, legalidade, juridicidade e regimentalidade.

## II.II. - Da Análise Constitucional, Regimental, Legal e Jurídica

Nos termos do art. 36 da Constituição do Estado de Mato Grosso (CEMT) e o art. 369, I, "a", do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (RI-ALMT), cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Redação manifestar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade, legalidade e regimentalidade das proposições submetidas à sua apreciação.

A competência legislativa da Assembleia Legislativa decorre do art. 25 da Constituição Federal, que garante autonomia aos Estados para legislar sobre matérias de interesse local e normas complementares, bem como do art. 18 da Constituição Estadual (CEMT), que assegura ao Estado de Mato Grosso a edição de leis e a adoção de atos pertinentes aos seus interesses e ao bem-estar da população.

A declaração de utilidade pública estadual, nos termos da **Lei Estadual nº 8.192, de 17 de novembro de 2004**, com as alterações introduzidas pelas Leis Estaduais nº 8.548/2006, nº 10.192/2014, nº 10.683/2018 e nº 11.425/2021, exige o atendimento dos seguintes requisitos:

- Personalidade jurídica regularmente constituída (art. 1º, I);
- Funcionamento ininterrupto há mais de um ano (art. 1º, II);
- Não remuneração de diretores e conselheiros, salvo exceção legal prevista na Lei Federal nº 9.790/1999 (art. 1º, III);
- Idoneidade moral dos gestores (art. 1º, IV);
- Reconhecimento como entidade de utilidade pública municipal (art. 1º, V);
- Possibilidade de comprovação por autoridade local (parágrafo único do art. 1º);
- Inclusão obrigatória do CNPJ no texto do projeto de lei (art. 1º-A).

Ademais, conforme dispõe o art. 2º da Lei nº 8.192/2004, a declaração de utilidade pública, respaldada em lei de iniciativa parlamentar, não gera obrigação de concessão de benefícios ou favores pelo Poder Público estadual.

Assim, uma vez atendidos os requisitos legais, o parecer favorável da CCJR deve registrar que a proposta não acarreta qualquer encargo financeiro ao Estado, tratando-se de ato meramente declaratório.





O artigo 155, XII, do RI-ALMT, veda a tramitação de proposições que não atendam integralmente aos requisitos legais.

Por sua vez, o art. 159, *caput*, do mesmo Regimento estabelece o caráter terminativo do parecer da CCJR nas matérias que tratam da declaração de utilidade.

### II. III. - Da Instrução e Documentação Comprobatória

No tocante ao atendimento das exigências legais (Lei nº 8.192/2004), verifica-se que foram devidamente apresentados os seguintes documentos:

**1) Comprovante de inscrição e de situação cadastral no CNPJ (art. 1º, I)**

À fl. 4, emitido pela Receita Federal em 09/10/2025, constando a data de abertura da entidade em 02/02/2022, superior ao prazo mínimo exigido de um ano.

**2) Estatuto Social da entidade (art. 1º, I e II)**

Às fls. 12-19 (cópia) devidamente registrado no Cartório do 2º Ofício de Colíder/MT, em 02/02/2022, não constando alterações posteriores arquivadas.

**3) Ata da Assembleia de Constituição, Eleição ou Recondução e Posse da Diretoria e Conselhos (art. 1º, II, III e IV)**

Às fls. 6-11 (cópia), ata da reunião realizada em 10/12/2023 (Ata de Eleição e Posse), contendo a composição da Diretoria e do Conselho Fiscal eleitos para o biênio 2024-2025, devidamente registrada no Cartório do 2º Ofício de Colíder/MT em 05/01/2024.

**4) Declaração de Idoneidade Moral e de Não Remuneração dos Diretores e Conselheiros (art. 1º, II, III, IV e parágrafo único)**

À fl. 20, firmada pelo Presidente da Câmara Municipal de Colíder/MT, Vereador LUCIANO APARECIDO MILANI, contendo: identificação e CNPJ da associação, nomes dos dirigentes, idoneidade moral e inexistência de remuneração dos diretores e conselheiros (conforme relação constante da ata de assembleia de eleição).

**5) Cópia da Lei Municipal de Reconhecimento de Utilidade Pública (art. 1º, V e art. 1º-A)**

À fl. 5 (cópia), Lei Municipal nº 3.387, de 19 de dezembro de 2024, disponível no portal da transparência da prefeitura municipal de Colíder/MT.  
([https://www.gp.srv.br/transparencia\\_colider/servlet/institucional\\_detalhe\\_v2?7944](https://www.gp.srv.br/transparencia_colider/servlet/institucional_detalhe_v2?7944)).

**6) Conferência do atendimento ao art. 1º-A da Lei nº 8.192/2004**

Verificada a inserção expressa do número do CNPJ no texto do projeto de lei (fl. 2):

*“Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a ASSOCIAÇÃO TRILHEIROS DE COLÍDER, inscrita no CNPJ nº. 45.280.533/0001-02, localizada no município de Colíder, Estado de Mato Grosso.*

*Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”*

**7) Requerimento formal da autora da proposição (art. 2º)**

Às fls. 2-3, projeto de lei devidamente assinado pelo Deputado proponente, protocolado sob nº 11071/2025, em 15/10/2025, solicitando o reconhecimento da entidade.

Ressalta-se que a proposição não impõe qualquer obrigação financeira ao Estado, tratando-se de mero ato de reconhecimento legislativo.

Constatado o integral atendimento das exigências constitucionais, legais, jurídicas e regimentais, não há óbice à regular tramitação da matéria.

Por fim, a teor do art. 159, *caput*, do RI-ALMT, a manifestação da CCJR possui caráter terminativo, dispensando a apreciação em Plenário.

É o parecer.

**III - Voto do (a) Relator (a)**

Pelas razões expostas, voto **favorável** à aprovação do Projeto de Lei nº 1630/2025, de autoria do Deputado Thiago Silva.

Sala das Comissões, em 18 de novembro de 2025.

**IV – Ficha de Votação**

Projeto de Lei nº 1630/2025 – Parecer nº 1221/2025/CCJR	
Reunião da Comissão em	18 / 11 / 2025
Presidente: Deputado (a)	Eduardo Botelho
Relator (a): Deputado (a)	Eduardo Botelho

Voto Relator (a)
Pelas razões expostas, voto <b>favorável</b> à aprovação do Projeto de Lei nº 1630/2025, de autoria do Deputado Thiago Silva.

Posição na Comissão	Identificação do (a) Deputado (a)
Relator (a)	
Membros (a)	